

Domingo, 18 de Outubro de 2026

Governo de Mato Grosso aplica R\$ 86,8 milhões em multas durante Operação Abafa Amazônia II

Tolerância Zero

Redação

O Governo de Mato Grosso aplicou R\$ 86,8 milhões em multas por infrações ambientais durante a Operação Abafa Amazônia II, encerrada neste sábado (17.10). Ao longo da operação, as equipes fiscalizaram 10.397,08 hectares nos municípios de Aripuanã e Colniza, especialmente na região do Distrito de Guariba, no noroeste do Estado. A operação também resultou na apreensão de três armas de fogo e munições.

Com duração de 13 dias, a operação teve como foco o combate ao desmatamento ilegal, à exploração florestal irregular, ao uso indevido do fogo e às ocupações clandestinas. A ação integrada reuniu órgãos estaduais e federais para intensificar a fiscalização e coibir infrações ambientais em áreas prioritárias.

Coordenada pelo Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso (CBMMT), a operação contou com a participação da Polícia Militar de Proteção Ambiental (PMPA), da Delegacia Especializada do Meio Ambiente (Dema), vinculada à Polícia Judiciária Civil (PJC-MT), da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec), do Centro Integrado de Operações Aéreas (Ciopaer), da Força Nacional de Segurança Pública e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT).

Segundo o comandante do Batalhão de Emergências Ambientais (BEA), tenente-coronel BM Heitor Alves de Souza, a escolha das áreas fiscalizadas foi baseada em levantamentos de geomonitoramento e informações sobre possíveis irregularidades ambientais na região.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicaram uma concentração elevada de focos de calor no noroeste mato-grossense, mesmo com a vigência do período proibitivo do uso do fogo, iniciado em julho, e a realização de ações de fiscalização e combate. Por isso, havia a necessidade de que os órgãos públicos integrassem esforços e intensificassem a atuação na região, segundo o comandante.

“A partir do monitoramento e da análise de informações, conseguimos direcionar as equipes para áreas prioritárias, ampliar a presença do poder público e identificar situações que exigem intervenção imediata. A

atuação integrada foi fundamental para coibir práticas ilegais e proteger o patrimônio ambiental”, destacou.

Durante a operação, as equipes percorreram áreas desmatadas, regiões com recorrência de focos de calor e locais com indícios de ocupação irregular. Em Colniza, município com o maior número de focos de calor no Estado, foram identificados sinais de ocupação em uma área embargada.

No local, os militares encontraram um barraco recém-construído, onde havia um aparelho celular, um fogão e uma panela ainda quentes, indicando que o espaço havia sido utilizado recentemente. Sob um colchão, foi localizada uma arma de fogo do tipo garrucha, de calibre .22 e com dois canos. As equipes também apreenderam um recipiente contendo dez munições do mesmo calibre.

Já em Aripuanã, durante as ações de fiscalização, foram apreendidas duas espingardas, uma de calibre .32 e outra de calibre .20. Além da atuação em solo, o apoio aéreo reforçou as ações de fiscalização, especialmente em locais de difícil acesso, ampliando a capacidade de deslocamento e reconhecimento das equipes. A aeronave foi utilizada no transporte das equipes, no sobrevoo de áreas com indícios de desmatamento e na identificação de possíveis invasões e queimadas.

“Para além de identificar as irregularidades, a fiscalização permitiu agir diretamente nas áreas afetadas, impedindo a continuidade de atividades ilegais e reforçando o cumprimento da legislação ambiental. Esse trabalho é essencial para reduzir os impactos ao meio ambiente e garantir a responsabilização dos infratores”, concluiu o tenente-coronel BM Souza.

Período proibitivo do fogo

Em Mato Grosso, o período proibitivo do uso do fogo em atividades de limpeza e manejo de áreas rurais começou em 1º de julho e segue até 30 de novembro de 2026, abrangendo todo o território estadual. Nas áreas urbanas, a proibição do uso do fogo permanece durante todo o ano.

Casos de uso irregular do fogo, inclusive em áreas urbanas, podem ser denunciados pelos telefones 193, do Corpo de Bombeiros Militar, e 190, da Polícia Militar. Além de configurar infração, a prática coloca em risco a segurança da população, a saúde pública e o meio ambiente, podendo provocar ou agravar incêndios florestais de grandes proporções.